

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A injustiça em um lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

[Vida literária]

Aqueles que fazem versos e já atingiram a idade madura costumam receber cartas de outros que também os fazem, mas estão na casa dos vinte. Parece que esse é um dos prêmios (muito discutíveis) de envelhecer: ser solicitado pelos mais novos a dar opiniões sobre os vagidos do talento. O moço apresenta-se confiante, às vezes entusiástico, sempre respeitoso; o "mestre" responde benévolo, paciente, minucioso, interessado em pormenores biográficos, ocultando sua vaidade sob um verniz de simpatia: "Escreva sempre, meu filho." A isto se chama vida literária.

Sendo a literatura fenômeno socializante por excelência, contudo permanece fenômeno individual quanto à produção. E eu vos pergunto: pode a experiência do mais idoso servir à hesitação do jovem, dissolvê-la em certeza, encaminhá-la a rumo certo? Haverá utilidade nessa conversa de gerações?

É certo que cinco ou dez anos depois a receita do mais velho foi esquecida e o mestre com ela. Sucede também que após esse lapso de tempo o mestre seja, não esquecido, mas negado. Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é. Noventa (que digo? cem por cento) de nossas admirações da adolescência resolvem-se em indiferença, vergonha ou desprezo. Na força do adulto, vingase o homem das debilidades do período de crescimento físico e intelectual, negando o que adorara. Os mestres de poesia não escapam a essa contingência, e ao escreverem uma "carta ao jovem poeta" deveriam meditar bem na escolha das palavras e no prazo de validade do sortilégio.

Mas o pessimismo da verificação não deve secar no homem de cinquenta o terno interesse pelo rapaz de vinte. O admirador juvenil é tão autêntico e honesto quanto o lapidador de vinte e cinco ou trinta. Cada idade tem sua moral e sua sensibilidade.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond. **Passeios na ilha**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 113-114)

1. Ao abordar a relação que costuma existir entre jovens escritores e escritores maduros, Carlos Drummond de Andrade considera que
 - (A) a consagração dos autores veteranos desde sempre desperta nos mais jovens um ressentido anseio de superação.
 - (B) a permanência da admiração dos autores estreados pelos já reconhecidos depende da acolhida que estes dão àqueles.
 - (C) o dinamismo dessa relação se mostra quando os mais velhos recebem as proveitosas lições dos mais jovens.
 - (D) a instabilidade dessa relação se mostra quando os novos escritores passam a ignorar ou a menosprezar a quem reverenciaram.
 - (E) o despeito dos jovens escritores pelo sucesso dos velhos mestres relativiza-se quando também eles se consagram.

2. No último parágrafo do texto, adverte-se que
 - (A) os malogrados impulsos da juventude devem ser considerados anomalias compreensíveis.
 - (B) os jovens exigentes devem admitir que é natural haver maior sinceridade entre os velhos.
 - (C) as fases da vida precisam ser reconhecidas pelas características que lhes são próprias.
 - (D) é preciso admitir o impulso pessimista de que se nutrem os mais velhos diante dos jovens.
 - (E) as diversas idades humanas expõem divergências morais efetivamente inaceitáveis.

3. Considerando-se o contexto, está adequadamente interpretado o sentido de uma expressão do texto em:
 - (A) *os vagidos do talento* (1º parágrafo) = as explosões de uma vocação autêntica
 - (B) *sob um verniz de simpatia* (1º parágrafo) = com o brilho de uma animada acolhida
 - (C) *servir à hesitação do jovem* (2º parágrafo) = curvar-se diante da angústia juvenil
 - (D) *vinga-se o homem das debilidades* (3º parágrafo) = retrai-se o ser diante de seus lapsos
 - (E) *prazo de validade do sortilégio* (3º parágrafo) = limite da vida útil do encantamento

4. Respeitam-se plenamente as normas de concordância verbal na frase:
 - (A) Não se admitem que os jovens poetas passem de repente a desonrar sua admiração inicial pelos poetas mais velhos.
 - (B) Aos jovens poetas não sucede permanecerem fiéis à admiração já demonstrada pelos poetas mais velhos.
 - (C) Caberiam aos moços talentosos aproveitar melhor as boas lições que lhes foram passadas pelos velhos mestres.
 - (D) Haveria de passar muitos anos para que aqueles jovens poetas recuperassem seu respeito pelos mestres de outrora.
 - (E) Recomendam-se aos críticos que não levem em conta os ardores fortes e voluntariosos dos jovens poetas.



5. Transpondo-se para a voz **ativa** a frase *Ataca-se o mestre, descobre-se que ele o não é*, as formas verbais deverão ficar
- (A) **atacam e descobrem**
(B) **é atacado e é descoberto**
(C) **sendo atacado e fora descoberto**
(D) **atacou-se e descobriu-se**
(E) **atacaram e descobriram**
-
6. Eu vos pergunto: pode a experiência do mais velho servir às hesitações do jovem, fazer o jovem superar essas hesitações, convencer o jovem a não mais render culto às hesitações?
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) **fazê-lo – convencê-lo – lhes render culto**
(B) **fazer-lhe – convencer-lhe – render culto às mesmas**
(C) **fazê-lo – lhe convencer – render-lhes culto**
(D) **o fazer – o convencer – a render culto**
(E) **lhe fazer – lhe convencê-lo – lhe rendê-la culto**

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Em torno da pena de morte

Numa crônica anterior, comentei um crime bárbaro e evoquei figuras de criminosos repugnantes. Alguns leitores observaram que, de qualquer forma, explicações sociológicas ou psicológicas não valem como desculpas para crimes atroz. E perguntaram: “Você é contra ou a favor da pena de morte?”

Imagine que um deus, um poder absoluto ou um texto sagrado declarem que quem roubar ou assaltar será enforcado, ou terá a mão cortada. Nesse caso, puxar a corda, afiar a faca ou assistir à execução seria simples, pois a responsabilidade moral do veredito não estaria conosco. Nas sociedades tradicionais em que a punição é decidida por uma autoridade superior a todos, as execuções podem ser públicas: a coletividade festeja o soberano que se encarregou da justiça – que alívio!

A coisa é mais complicada na modernidade, em que os cidadãos comuns (como você e eu) são a fonte de toda a autoridade jurídica e moral. Hoje, no mundo ocidental, se alguém é executado, o braço que mata é, em última instância, o dos cidadãos – o nosso. Mesmo que o condenado seja indiscutivelmente culpado, pairam mil dúvidas. Matar um condenado à morte não é mais uma festa, pois é difícil celebrar o triunfo de uma moral tecida de perplexidades. As execuções acontecem em lugares fechados, diante de poucas testemunhas: há uma espécie de vergonha. Essa discricção é apresentada como um progresso: os povos civilizados não executam seus condenados nas praças. Mas o dito progresso é, de fato, um corolário das incertezas éticas da nossa cultura.

São questões a considerar, creio, antes de responder à pergunta inicial, que me fizeram alguns leitores.

(Adaptado de: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de ninguém**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 94-95)

7. Um posicionamento diante da aceitabilidade ou não da pena de morte, segundo o autor do texto, deve considerar
- (A) a gravidade do crime cometido e o caráter alegadamente irreversível do criminoso.
(B) o reconhecimento da autoridade da qual provém a decisão sobre esse assunto.
(C) o código jurídico transnacional que legitima e legaliza o eventual cumprimento da pena.
(D) a exigência ética que permeia nossa cultura e desautoriza as soluções mais drásticas.
(E) o tipo de espetáculo que os ritos de execução pretendem encenar frente ao público.
-
8. Em contraponto à radicalidade de posições sobre a questão da pena de morte, o autor lembra a
- (A) irreversibilidade jurídica dessa forma de penalização.
(B) moralidade assegurada pelo atual estágio da civilização.
(C) impossibilidade de se determinar as últimas consequências.
(D) fragilidade dos valores morais que vigem na modernidade.
(E) desvantagem de se fixar num valor ético já consolidado.
-
9. A alegação de quem afirma que *explicações sociológicas ou psicológicas não valem como desculpa* supõe que
- (A) **inexistem fatores políticos que possam eliminar a culpa de um criminoso.**
(B) **são inaceitáveis quaisquer razões de ordem moral ou religiosa para amenizar nossas culpas.**
(C) **não se aceita transferir a responsabilidade da pessoa para fatores ligados à sua formação.**
(D) **são ilegítimos os fatores biográficos que se alegam para executar alguém.**
(E) **é impossível concordar com a tese de que todos somos inocentes já por nossa natureza.**



10. Um deus a quem se delegam todas as decisões exime-nos de nossas culpas.

Numa nova redação, a frase acima permanecerá gramaticalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) ao qual se atribui – releva por nossas culpas
- (B) a cujos se destinam – expurga-nos as nossas culpas
- (C) com quem se transmudam – implica-nos como culpados
- (D) pelo qual se reportam – dirime-nos de nossas culpas
- (E) para quem se transferem – livra-nos de sermos culpados

11. É inteiramente regular a pontuação da frase:

- (A) Os crimes bárbaros, que se cometem, devem-se por vezes - a fatores de ordem econômica, psicológica ou sociológica.
- (B) Pode ser que estejam certos: mas, os favoráveis à pena de morte, nem sempre consideram com o peso necessário, os contextos dos delitos.
- (C) É difícil de se imaginar, por que alguns veem a execução capital, como um espetáculo a não se perder ou mesmo a festejar.
- (D) Num tempo como este de incertezas éticas; há ainda quem considere imprescindível, a execução de um criminoso?
- (E) Ao concluir o texto, lembra-nos o autor: nossas decisões, sobretudo as mais graves, não dispensam a mais justa ponderação.

12. Os tempos e os modos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) Só será possível condenar à morte nas sociedades que contemplassem esse estatuto.
- (B) Ninguém imaginaria que aquele crime hediondo possa vir a ter atenuantes.
- (C) Todos os que acreditarem em sua inocência passem a batalhar pela comutação da pena.
- (D) Não teria havido sua condenação caso se levem em conta suas condições psicológicas.
- (E) Por mais que nos esforcemos não conseguiríamos relevar a crueldade de seu ato.

Atenção: Para responder às questões de números 13 a 18, baseie-se no texto abaixo.

Retrato de um amigo

A cidade que era amada por nosso amigo continua a mesma: há algumas mudanças, mas coisa pouca. Nossa cidade se parece – só agora nos damos conta disso – com o amigo que perdemos e que a amava; ela é, assim como ele era, intratável em sua operosidade febril e obstinada; e é ao mesmo tempo desinteressada e disposta ao ócio e ao sonho.

Na cidade que se parece com ele, sentimos nosso amigo reviver por todos os lados: em cada esquina e em cada canto achamos que de repente possa aparecer sua alta figura de capote escuro cintado, o rosto escondido na gola, o chapéu enterrado nos olhos. O amigo media a cidade com seu longo passo, obstinado e solitário. Ele entocava nos cafés mais apertados e fumarentos, enchia folhas e folhas com sua caligrafia larga e rápida, e celebrava a cidade em seus versos.

Seus versos ressoam em nossos ouvidos quando retornamos à cidade ou quando pensamos nela. Nosso amigo vivia na cidade como um adolescente e até o final viveu assim. Seus dias eram longuíssimos como os dos adolescentes, e cheios de tempo; sabia achar espaço para estudar e escrever, para ganhar a vida e vadiar; e nós, que resfolegávamos divididos entre preguiça e produtividade, perdíamos horas na incerteza de decidirmos se éramos preguiçosos ou produtivos. Mesmo sua tristeza nos parecia meio juvenil, como a melancolia voluptuosa e distraída do rapaz que ainda não tocou a terra e se move no mundo árido e solitário dos sonhos.

(Adaptado de GINZBURG, Natalia. **As pequenas virtudes**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 24-26)

13. Ao se compor esse “retrato de um amigo”, estabeleceu-se, basicamente,

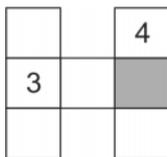
- (A) um vínculo sensível entre os traços identificadores de uma pessoa e os de sua cidade.
- (B) um espelhamento dos bons tempos passados na vida de uma cidade ora convulsionada.
- (C) uma contraposição entre a moderna vida urbana e uma personalidade conservadora.
- (D) uma relação poética entre os novos rumos de uma cidade e as sendas da juventude.
- (E) uma ligação íntima entre a sociabilidade extrema e o espaço público de convívio.



14. Ao considerar as relações entre seu amigo e a sua cidade, a autora recorre a alguns paradoxos, como o que ocorre entre os segmentos:
- (A) *há algumas mudanças // só agora nos damos conta* (1º parágrafo)
 (B) *operosidade febril // disposta ao ócio* (1º parágrafo)
 (C) *o amigo que perdemos // e que a amava* (1º parágrafo)
 (D) *enchia folhas e folhas // caligrafia larga e rápida* (2º parágrafo)
 (E) *ainda não tocou a terra // mundo árido e solitário dos sonhos* (3º parágrafo)
-
15. Entre modos ou gêneros textuais representados no texto, este segmento caracteriza-se predominantemente como
- (A) **dramático**: sua tristeza nos parecia meio juvenil.
 (B) **dissertativo**: seu longo passo, obstinado e solitário.
 (C) **narrativo**: o chapéu enterrado nos olhos.
 (D) **lírico**: há algumas mudanças, mas coisa pouca.
 (E) **descritivo**: figura de capote escuro, cintado.
-
16. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:
- (A) Se não reavêssemos as imagens daquela cidade, não recuperaríamos os traços do amigo.
 (B) Se nós nos dispôssemos a mais investigar a cidade, daríamos-nos com ele?
 (C) Muitos de nós não conteram a emoção quando o encontraram colado à cidade.
 (D) As imagens tocantes da cidade requereram terno acolhimento da memória do amigo.
 (E) Seria preciso que retêssemos mais aspectos da cidade para conformar sua figura.
-
17. O segmento *Mesmo sua tristeza nos parecia meio juvenil*, que introduz o último período do texto, pode ser substituído, sem prejuízo para a coesão e o sentido desse período, por:
- (A) Ainda que sua tristeza nos parecesse um tanto juvenil
 (B) Até a tristeza dele parecia-nos algo juvenil
 (C) Parecia-nos meio juvenil, assim mesmo, sua tristeza
 (D) Sua tristeza era mesmo a que nos parecia tipo assim juvenil
 (E) Parecia-nos um pouco juvenil aquela mesma tristeza
-
18. *Seus versos ressoam em nossos ouvidos quando retornamos à cidade ou quando pensamos nela.*
 A frase acima ganhará uma nova e correta articulação temporal caso se substituam as formas sublinhadas por
- (A) ressoavam – retornávamos – pensaríamos
 (B) ressoariam – retornemos – pensássemos
 (C) ressoarão – retornássemos – pensávamos
 (D) ressoariam – retornássemos – pensássemos
 (E) ressoavam – retornaríamos – pensaríamos

Matemática e Raciocínio-Lógico

19. Os sete quadradinhos da figura abaixo formam três linhas sendo uma horizontal e duas verticais. Os números de 1 a 7 devem ser escritos, um em cada quadradinho, de forma que as somas dos três números de cada linha sejam iguais.



Os números **3** e **4** já foram escritos. O número que deve ser colocado no quadradinho cinza é

- (A) 2
 (B) 5
 (C) 1
 (D) 6
 (E) 7



20. Ana, Beto, Clara, Diva e Edu disputam uma maratona de matemática. Para cada problema respondido corretamente ganham 1 ponto e se errarem nada ganham. A soma dos pontos recebidos pelos cinco participantes é 75. A diferença de pontos entre Ana e Beto é 2, mas não necessariamente nessa ordem, a diferença de pontos entre Beto e Clara é 3, mas não necessariamente nessa ordem, a diferença entre Clara e Diva é 4 e entre Diva e Edu é 9. Sabe-se que Edu teve a maior pontuação e Diva a menor pontuação dentre os cinco. A soma das pontuações obtidas por Ana e Beto é
- (A) 31
(B) 24
(C) 32
(D) 36
(E) 33
-
21. Marcos desconta um cheque de R\$ 2.700,00 em um banco e pede ao caixa que lhe dê um certo número de notas de R\$ 10,00 mais 20 vezes esse número em notas de R\$ 20,00 e o restante em notas de R\$ 50,00. O número de notas de R\$ 50,00 que Marcos recebe é
- (A) 12
(B) 11
(C) 10
(D) 13
(E) 14
-
22. Para visitar uma exposição, a fila foi organizada em trios. Ana, Bia e Caio observaram que formavam o sétimo grupo contando a partir do início da fila e o nono contando a partir do final da fila. Porém, observaram que o último trio não estava completo. O número máximo de pessoas nessa fila é
- (A) 45
(B) 44
(C) 47
(D) 48
(E) 46
-
23. Em uma confraternização, doze amigas comeram, em média, 1,5 brigadeiro. Nenhuma delas comeu mais do que dois brigadeiros, nenhuma delas compartilhou um brigadeiro e duas delas só comeram salgados. O número de meninas que comeram dois brigadeiros é
- (A) 5
(B) 6
(C) 7
(D) 4
(E) 8
-
24. Em um exame com 30 questões, cada uma delas é considerada correta ou incorreta. O número de respostas corretas dadas por um candidato que fez esse exame foi 50% maior do que o número de respostas incorretas. O número de questões corretas desse candidato é
- (A) 24
(B) 12
(C) 20
(D) 18
(E) 21

**Legislação**

25. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor é denominado
- (A) função.
 - (B) comissionamento.
 - (C) cargo público.
 - (D) prestação de serviço público.
 - (E) provimento.
-
26. Um servidor ocupante de cargo em comissão foi nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que ocupava, e optou pela remuneração do cargo anterior durante o período da interinidade. Esse fato contraria o disposto na Lei nº 8.112/1990, pois
- (A) deveria ser sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa.
 - (B) o servidor ocupante de um cargo em comissão não poderia ser nomeado a outro cargo de confiança.
 - (C) o servidor ocupante não poderia optar pela remuneração do cargo anterior.
 - (D) essa nova nomeação não poderia ser de forma interina.
 - (E) a nova nomeação em outro cargo de confiança dependeria de aprovação em concurso de provas ou provas e títulos.
-
27. A Lei nº 8.112/1990 prevê licença por motivo de doença em pessoa da família, que poderá ser concedida a cada período de doze meses, incluídas as prorrogações, por até
- (A) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 180 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (B) 90 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 180 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (C) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (D) 90 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
 - (E) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
-
28. Considere os seguintes itens:
- I. matéria constitucional.
 - II. matéria administrativa.
 - III. matéria regimental.
 - IV. representações para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- Nos termos do Regimento Interno do TRT da 17ª Região, o Presidente do Tribunal Pleno proferirá voto nos casos constantes em
- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
-
29. O Regimento Interno do TRT da 17ª Região prevê que, para dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente do Tribunal, deverá ser realizada uma sessão
- (A) administrativa.
 - (B) ordinária.
 - (C) extraordinária.
 - (D) solene.
 - (E) regimental.
-
30. Conforme dispõe o Regimento Interno do TRT da 17ª Região, salvo por exceção legal, não podem se afastar no mesmo período ou em períodos ainda que parcialmente coincidentes, no Tribunal Pleno mais
- (A) da metade dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de um Desembargador efetivo.
 - (B) de dois terços dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de dois Desembargadores efetivos.
 - (C) da metade dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de dois Desembargadores efetivos.
 - (D) de dois terços dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de um Desembargador efetivo.
 - (E) da metade dos Desembargadores efetivos e nas Turmas mais de três Desembargadores efetivos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. De acordo com a Constituição Federal, com relação à competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal,
- (A) não existindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer a competência legislativa plena, mesmo que seja para atender a suas peculiaridades.
 - (B) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
 - (C) os Estados poderão legislar sobre águas e energia, de forma plena, independentemente de qualquer autorização, caso a União não o faça, por se tratar de competência concorrente.
 - (D) a competência da União, no âmbito da legislação concorrente, não se limita a estabelecer normas gerais.
 - (E) a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, editada para suprir sua falta, em todos os aspectos, não apenas no que lhe for contrário.

32. Considere:

- I. A determinado empregador foi imposta penalidade administrativa por órgão de fiscalização das relações de trabalho. Inconformado, o empregador resolve questionar judicialmente a aplicação de referida penalidade.
- II. Maxwell decide processar a empresa onde trabalha para requerer indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho.
- III. Florinda decide processar a empresa onde trabalha para requerer indenização por dano patrimonial decorrente da relação de trabalho.

De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, a Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações citadas em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

33. Willy é brasileiro naturalizado e almeja exercer o cargo de Ministro de Estado da Defesa. Já Cloé é brasileira nata e pretende ter reconhecida uma outra nacionalidade originária prevista pela lei estrangeira, a que tem direito. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, Willy

- (A) não poderá se tornar Ministro de Estado da Defesa e Cloé não perderá a nacionalidade brasileira caso tenha reconhecida a outra nacionalidade desejada.
- (B) poderá tornar-se Ministro de Estado da Defesa e Cloé não perderá a nacionalidade brasileira caso tenha reconhecida a outra nacionalidade desejada.
- (C) não poderá se tornar Ministro de Estado da Defesa e Cloé perderá a nacionalidade brasileira caso tenha reconhecida a outra nacionalidade desejada.
- (D) poderá tornar-se Ministro de Estado da Defesa e Cloé perderá a nacionalidade brasileira caso tenha reconhecida a outra nacionalidade desejada.
- (E) poderá tornar-se Ministro de Estado da Defesa e Cloé não perderá a nacionalidade brasileira caso tenha reconhecida a outra nacionalidade desejada apenas se continuar residindo no Brasil.

34. Marluce tem 85 anos de idade e deseja se candidatar à Presidência da República. Seus netos, Igor, de 17 anos de idade, Tadeu, de 14 anos de idade, e Bento, de 21 anos de idade, para animá-la, garantiram que nela votarão. Sabendo-se que, dentre todos eles, apenas Bento é analfabeto e que todos são brasileiros natos, considerando-se que as eleições acontecerão nesse cenário, em conformidade somente com as informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, Marluce

- (A) não poderá se candidatar à Presidência da República, por ter mais de 70 anos de idade, sendo que o voto será facultativo para Bento e para Igor, não podendo Tadeu se alistar como eleitor, em razão de sua idade.
- (B) poderá candidatar-se à Presidência da República, sendo que o voto será facultativo para Bento e para Igor, não podendo Tadeu se alistar como eleitor, em razão de sua idade.
- (C) poderá candidatar-se à Presidência da República, sendo que o voto será facultativo para Bento, obrigatório para Igor, não podendo Tadeu se alistar como eleitor, em razão de sua idade.
- (D) não poderá se candidatar à Presidência da República, por ter mais de 70 anos de idade, sendo que o voto será facultativo para Bento, obrigatório para Igor, não podendo Tadeu se alistar como eleitor, em razão de sua idade.
- (E) poderá candidatar-se à Presidência da República, sendo que o voto será facultativo para Igor, não podendo se alistar como eleitores Tadeu e Bento.



35. De acordo com a Constituição Federal, o projeto de lei de iniciativa popular que disponha sobre a aposentadoria de servidor público da União
- (A) é admissível, desde que seja subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
 - (B) não é admissível, tendo em vista que as leis que tratam dessa matéria são de iniciativa privativa do Presidente da República.
 - (C) é admissível, devendo ser apresentado à Câmara dos Deputados e revisto pelo Senado Federal, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
 - (D) não é admissível, tendo em vista que o projeto de lei de iniciativa popular somente poderá versar sobre as matérias taxativamente previstas na Constituição Federal.
 - (E) é admissível, desde que seja subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, devendo ser apresentado ao Congresso Nacional e enviado à sanção ou promulgação, se aprovado, ou arquivado, se rejeitado.

36. De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal Superior do Trabalho
- (A) é órgão da Justiça do Trabalho, assim como os Tribunais Regionais do Trabalho, os juízes do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça, cabendo, a esse Conselho, exercer, na forma da lei, a supervisão orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e também do próprio Tribunal Superior, sendo que suas decisões não terão efeito vinculante.
 - (B) compõe-se de vinte e sete Ministros, sendo que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho funcionará junto a ele, cabendo, a essa Escola, dentre outras funções, exercer a supervisão administrativa da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, além de regulamentar cursos oficiais para o ingresso na carreira.
 - (C) tem competência para processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação da sua competência e garantia da autoridade de suas decisões, sendo que junto a ele funcionará o Conselho Nacional da Justiça do Trabalho, cabendo, a esse Conselho, exercer a supervisão administrativa da Justiça do Trabalho, cujas decisões não terão efeito vinculante.
 - (D) compõe-se de vinte e sete Ministros, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de efetivo exercício e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, sendo que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionará junto a ele.
 - (E) é órgão da Justiça do Trabalho, sendo que o Conselho Superior da Justiça funcionará junto a ele, cabendo, a esse Conselho, exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

Direito Administrativo

37. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990 sobre as penalidades aplicáveis aos servidores públicos decorrentes de violação das proibições, no regime disciplinar:
- (A) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 60 dias.
 - (B) A penalidade de suspensão terá seu registro cancelado, após o decurso de 3 anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
 - (C) Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para o serviço público, sendo vedado, contudo, a consideração dos antecedentes funcionais do servidor.
 - (D) Será punido com suspensão de até 15 dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.
 - (E) O ato de imposição da penalidade mencionará sempre a causa da sanção disciplinar, sendo desnecessária, contudo, a indicação da fundamentação legal.
38. Amanda é servidora pública federal, ocupante de cargo efetivo. Em conformidade com a Lei nº 8.112/1990, por ocasião do falecimento do seu enteado, Amanda poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, por até
- (A) 4 dias consecutivos.
 - (B) 5 dias consecutivos.
 - (C) 3 dias consecutivos.
 - (D) 7 dias consecutivos.
 - (E) 8 dias consecutivos.



39. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até I dias, II prejuízo da remuneração. O afastamento poderá ser prorrogado III, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

Conforme estabelece a Lei nº 8.112/1990, sobre o processo administrativo disciplinar, preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I**, **II** e **III**:

- (A) 90 – sem – pelo prazo de 15 dias
- (B) 30 – com – pelo prazo de 20 dias
- (C) 60 – sem – por igual prazo
- (D) 60 – com – pelo prazo de 30 dias
- (E) 30 – sem – pelo dobro do prazo

40. Conforme estabelece a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,

- (A) devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.
- (B) os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada; contudo, será sempre exigido o reconhecimento de firma de seus documentos.
- (C) inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo máximo de 48 horas, salvo motivo de força maior.
- (D) no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de oficial de justiça.
- (E) o desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos e, ainda, a renúncia a direito pelo administrado.

41. De acordo com o que estabelece a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,

- (A) dentre as penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nessa lei está a proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no Município em que tiver sido praticado o crime e naquele em que residir ou trabalhar a vítima, pelo prazo de 1 a 3 anos.
- (B) para os efeitos dessa lei, não são considerados servidores públicos os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, por estarem sujeitos a regramento jurídico próprio.
- (C) as condutas descritas nessa lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- (D) não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- (E) as responsabilidades civil e administrativa dependem da responsabilidade criminal; contudo, é possível o questionamento acerca da existência ou da autoria do fato, ainda que essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

42. De acordo com o que estabelece o ordenamento jurídico, o contrato de trabalho por prazo indeterminado, para os empregados públicos, somente será rescindido por ato unilateral da Administração Pública nas seguintes hipóteses:

- I. prática de falta grave, dentre aquelas enumeradas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- II. insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos dois recursos hierárquicos dotados de efeito suspensivo, que serão apreciados em 60 dias.
- III. acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- IV. ao completar 75 anos de idade, quando o empregado deverá, obrigatoriamente, ser aposentado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e IV.
- (E) III.

**Direito do Trabalho**

43. Prisco foi empregado da empresa Caminho do Mar Transportes Aquáticos Ltda. de 10/10/2012 a 31/08/2022, tendo exercido a função de Barqueiro. Por ter sido um bom profissional, a empresa pretende recontratar Prisco, mediante contrato de prestação de serviços com a empresa Prt Barqueiro-Me, da qual Prisco é sócio. Com base no que prevê a legislação federal vigente, a empresa
- (A) poderá fazê-lo após decorridos 18 meses contados a partir da dispensa do empregado.
 - (B) desde a ruptura contratual, eis que se trata de relação contratual diversa da empregatícia.
 - (C) deverá aguardar 12 meses a partir da rescisão do contrato de trabalho.
 - (D) não poderá recontratá-lo como pessoa jurídica, eis que nessa hipótese a contratação é por lei presumidamente fraudulenta.
 - (E) necessita esperar o decurso do prazo mínimo de 24 meses.

44. A Fábrica de Colchões Cochilo dos Sonhos aplicou uma suspensão no seu Gerente de Vendas Zeus, por 60 dias, em virtude de fatos graves ocorridos no ambiente da empresa. Nessa hipótese, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) considera-se rescindido sem justa causa o contrato de trabalho de Zeus, após o 60º dia consecutivo de suspensão.
 - (B) tem-se a rescisão sem justa causa do contrato de trabalho de Zeus, após o 30º dia consecutivo de suspensão.
 - (C) opera-se a injusta dispensa de Zeus desde a aplicação da suspensão, por superar o prazo legal de 30 dias.
 - (D) a partir do 16º dia consecutivo de suspensão, considera-se a rescisão sem justa causa do contrato de trabalho de Zeus.
 - (E) a suspensão do empregado pelo prazo mínimo de 45 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

45. Considere as seguintes assertivas:

- I. O empregador em nenhuma hipótese será responsável pelas despesas resultantes do retorno ao trabalho presencial, na hipótese de o empregado optar pela realização do teletrabalho ou trabalho remoto fora da localidade prevista no contrato.
- II. Os empregadores deverão dar prioridade aos empregados com deficiência e aos empregados com filhos ou criança sob guarda judicial até 6 anos de idade na alocação em vagas para atividades que possam ser efetuadas por meio do teletrabalho ou trabalho remoto.
- III. O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
- IV. Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto a prestação de serviços fora das dependências do empregador, sempre de maneira preponderante, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) II.
 - (E) III.
46. Arquimedes e Platão exercem funções idênticas para a Indústria Alimentícia Mel de Uruçu. Apesar de não laborarem na mesma unidade fabril, os mesmos trabalham em unidades distintas, mas dentro da mesma região metropolitana, localizando-se a menos de 20 km de distância. Arquimedes ingressou na empresa em maio de 2018, e Platão em junho de 2022. Considerando a situação narrada, conforme prevê a CLT, sabendo-se que Arquimedes está exercendo tais funções desde abril de 2021 e Platão desde agosto de 2022, referidos empregados
- (A) devem perceber o mesmo salário, eis que exercem funções idênticas a menos de 2 anos.
 - (B) fazem jus à equiparação salarial, na medida em que deve ser considerada a mesma localidade o labor dentro de uma única região metropolitana, e a diferença de tempo na função inferior a 2 anos.
 - (C) não devem receber o mesmo salário, eis que faltam, na hipótese, os requisitos de labor dentro de um mesmo estabelecimento empresarial para o mesmo empregador e diferença de tempo na empresa inferior a 4 anos.
 - (D) são merecedores de idêntico salário, por haver diferença de tempo na função inferior a 2 anos, e diferença de tempo de empresa inferior a 5 anos.
 - (E) não devem ter os salários equiparados, por ausência do requisito mesma localidade, sendo que se encontram preenchidos os requisitos de diferença de tempo na função inferior a 2 anos e de tempo de empresa inferior a 5 anos.



47. Ornela é atendente do Hospital Dores do Mundo, registrada em CTPS, trabalhando de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 horas, usufruindo de 20 minutos de intervalo para refeição, em virtude de laborar sozinha na função. Nessa situação, com base no que prevê a CLT, Ornela faz jus a
- (A) 40 minutos diários, pagos como indenização, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal.
 - (B) 1 hora diária, como indenização, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal.
 - (C) 40 minutos diários, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal, e reflexos nas demais verbas contratuais.
 - (D) 1 hora diária, sobre o valor da remuneração da hora normal, paga como indenização.
 - (E) 40 minutos diários, sobre o valor da remuneração da hora normal, com reflexos nas demais verbas contratuais.
-
48. Sócrates celebrou contrato intermitente com a Casa de Eventos Balada's, em 01/01/2022, para a prestação de serviços como Barman. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, uma vez convocado para o serviço, Sócrates terá o prazo de resposta de ...I..., sendo que a partir de 02/01/2023 poderá usufruir de férias ...II....
- Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas I e II:
- (A) 2 dias úteis – de 1 mês
 - (B) 3 dias úteis – proporcionais aos dias trabalhados nos últimos 12 meses
 - (C) 1 dia útil – de 1 mês
 - (D) 2 dias corridos – proporcionais aos dias trabalhados nos últimos 12 meses
 - (E) 1 dia corrido – 20 dias
-
49. Poseidon é empregado do Condomínio Palas Atena, exercendo as funções de auxiliar de limpeza. O condomínio contratou um perito para avaliar as condições de trabalho e o mesmo constatou que o trabalhador faz jus a perceber adicional de insalubridade em grau médio. Sabendo-se que Poseidon percebe salário de R\$ 2.000,00 e que o salário mínimo regional é de R\$ 1.300,00, referido empregado deverá receber, a título de adicional de insalubridade, o valor de
- (A) R\$ 260,00
 - (B) R\$ 400,00
 - (C) R\$ 390,00
 - (D) R\$ 600,00
 - (E) R\$ 420,00
-

50. Ísis é garçoneiro no Restaurante Partenon, o qual se situa em local de difícil acesso, dirigindo-se ao local de trabalho com barco fornecido pelo empregador. O tempo despendido até o restaurante é de uma hora e trinta minutos na ida e uma hora e trinta minutos na volta. Conforme o previsto na CLT, nessa hipótese, Ísis
- (A) faz jus a três horas como jornada *in itinere*, eis que, no caso de local de trabalho de difícil acesso e condução fornecida pelo empregador, as horas de deslocamento são consideradas como tempo à disposição.
 - (B) faz jus a jornada *in itinere*, eis que, no caso de local de trabalho de difícil acesso e condução fornecida pelo empregador, as horas de deslocamento são consideradas como tempo à disposição, limitadas a duas horas.
 - (C) não faz jus a jornada *in itinere* pelo fato de que a condução ser fornecida pelo empregador descaracteriza o tempo despendido como à disposição do empregador.
 - (D) não faz jus a jornada *in itinere* pelo fato de que o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, inclusive a condução fornecida pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
 - (E) faz jus a jornada *in itinere*, eis que, no caso de local de trabalho de difícil acesso e condução fornecida pelo empregador, as horas de deslocamento são consideradas como tempo à disposição, limitada a uma hora.
-

Direito Processual do Trabalho

51. Euclides está promovendo execução na Justiça do Trabalho em face do seu ex-empregador, Restaurante Costela no Bafo, das verbas que teve reconhecidas por sentença trabalhista transitada em julgado em 25/10/2021. Iniciada a execução, o juiz proferiu despacho para que Euclides informasse nos autos o atual endereço do executado, eis que o restaurante encontrava-se fechado, do qual o mesmo ficou ciente em 08/11/2021. Até o presente momento Euclides não cumpriu a determinação judicial. Nessa hipótese, conforme previsão da CLT, a prescrição intercorrente poderá ser declarada
- (A) desde que haja requerimento da executada, e Euclides não cumpra a determinação judicial até dois anos contados de 25/10/2021.
 - (B) independente de haver ou não pedido da executada, e Euclides não cumpra a determinação judicial até 1 ano contado de 08/11/2021.
 - (C) independente de haver ou não pedido da executada, e Euclides não cumpra a determinação judicial no prazo de 2 anos contados de 08/11/2021.
 - (D) desde que haja requerimento da executada, e Euclides não cumpra a determinação judicial no prazo de 2 anos contados de 08/11/2021.
 - (E) independente de haver ou não pedido da executada, e Euclides não cumpra a determinação judicial no prazo de 3 anos contados de 25/10/2021.
-



52. O juiz do trabalho indefere pedido do exequente Platão, na execução trabalhista que promove na Justiça do Trabalho em face da empresa Bossa Nova Casa de Shows, pelo qual requereria a inclusão de uma empresa do mesmo grupo econômico no polo passivo. Em face deste pedido, Platão ajuíza Mandado de Segurança contra o ato do juiz perante o Tribunal Regional do Trabalho, o qual em decisão final dentro do regional denega a segurança. Pretendendo recorrer de tal decisão, Platão deverá se socorrer de
- (A) agravo de petição, no prazo de 8 dias.
 - (B) agravo de petição, no prazo de 10 dias.
 - (C) recurso de revista, no prazo de 8 dias.
 - (D) recurso ordinário, no prazo de 10 dias.
 - (E) recurso ordinário, no prazo de 8 dias.
-
53. Camélia é empregadora doméstica, tendo sido condenada por sentença trabalhista a pagar verbas que teria deixado de quitar à sua ex-empregada doméstica. Pretendendo recorrer da sentença, Camélia, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) está isenta do depósito recursal por ser empregadora doméstica.
 - (B) deverá efetuar o depósito recursal, sob pena de deserção, mas o mesmo é reduzido à metade por ser empregadora doméstica, embora não possa se valer de seguro-garantia judicial na hipótese em substituição.
 - (C) necessita efetuar o depósito recursal na integralidade, sob pena de deserção, podendo se valer de seguro-garantia judicial na hipótese em substituição.
 - (D) está obrigada a efetuar o depósito recursal, sob pena de deserção, mas o mesmo é reduzido à metade por ser empregadora doméstica, podendo se valer de seguro-garantia judicial na hipótese em substituição.
 - (E) deverá efetuar o depósito recursal na íntegra, sob pena de deserção, não podendo se valer de seguro-garantia judicial na hipótese em substituição.
-
54. Belarmino está litigando na Justiça do Trabalho em face da sua ex-empregadora a Loja de Móveis Pau a Pique, estando o processo na fase de execução, não encontrando bens da mesma para fazer frente à execução. Instaurou Incidente de Despersonalização da Personalidade Jurídica para a inclusão dos sócios no polo passivo. Nessa situação, com base na CLT, os sócios terão, após serem citados, o prazo de I para se manifestarem acerca do pedido e, na hipótese de ser julgado procedente, os sócios poderão interpor II , no prazo de III .
- As lacunas I, II e III devem ser preenchidas correta e respectivamente, por:
- (A) 5 dias – agravo de petição – 10 dias
 - (B) 15 dias – agravo de petição – 8 dias
 - (C) 15 dias – recurso ordinário – 8 dias
 - (D) 10 dias – agravo de petição – 8 dias
 - (E) 5 dias – agravo de instrumento – 15 dias
-
55. Perseu, advogado, registrado em CTPS, atuando em causa própria na Justiça do Trabalho em face do seu ex-empregador, o Frigorífico Polo Sul Ltda., requer a condenação do mesmo em verbas rescisórias, horas extras, depósitos de FGTS, e indenização por dano moral, requerendo também honorários advocatícios sucumbenciais. Com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, na hipótese de procedência da ação, o pedido de honorários deverá ser julgado
- (A) improcedente, porque no Processo do Trabalho só são devidos honorários advocatícios se houver a assistência jurídica do sindicato da categoria.
 - (B) procedente, podendo o juiz fixar os honorários no percentual mínimo de 5% sobre o valor que resultar da condenação, até o limite de 15%.
 - (C) improcedente, eis que não são devidos honorários advocatícios quando a parte atua em causa própria.
 - (D) procedente, podendo o juiz fixar os honorários no percentual mínimo de 10% sobre o valor que resultar da condenação, até o limite de 30%.
 - (E) procedente, podendo o juiz fixar os honorários no percentual máximo de 10% sobre o valor que resultar da condenação, em virtude de estar atuando em causa própria.
-
56. Fáustolo e Mévio ingressaram com ação em face do seu ex-empregador, o Restaurante Caldo Verde, localizado na cidade de Vitória-ES, cidade onde prestaram serviços, tendo distribuído a demanda perante o foro de Colatina-ES, por estarem residindo nesta cidade. Nessa hipótese, segundo o previsto na CLT, caso a empresa pretenda arguir a exceção de incompetência em razão do lugar, deverá fazê-lo em
- (A) em audiência, juntamente com a defesa, e em peça apartada que sinalize a existência da exceção, tendo os reclamantes litisconsortes prazo comum de 5 dias para se manifestarem, após serem intimados.
 - (B) 10 dias a contar da notificação, antes da audiência, e em peça que sinalize a existência da exceção, tendo os reclamantes litisconsortes prazo sucessivo de 5 dias para se manifestarem, após serem intimados.
 - (C) 5 dias a contar da notificação, antes da audiência, e em peça que sinalize a existência da exceção, tendo os reclamantes litisconsortes prazo comum de 5 dias para se manifestarem, após serem intimados.
 - (D) até 5 dias antes da audiência, e em peça que sinalize a existência da exceção, tendo os reclamantes litisconsortes prazo comum de 10 dias para se manifestarem, após serem intimados.
 - (E) como matéria preliminar de defesa, tendo os reclamantes litisconsortes prazo comum de 5 dias para se manifestarem, após ficarem cientes em audiência.



57. Belarmino trabalhou para a empresa Vigilância Sempre Alerta de 10/10/2014 a 31/08/2018, não tendo sido registrado pelo seu empregador. Em 24/10/2017 ingressou com ação declaratória na Justiça do Trabalho para ver reconhecido o vínculo empregatício com a referida empresa, sustentando estarem preenchidos os requisitos legais na hipótese. A ação declaratória é julgada procedente, havendo trânsito em julgado da mesma em 27/11/2019. Conforme jurisprudência dominante do TST, o prazo prescricional para ingresso de ação condenatória será de
- (A) 2 anos, a contar de 24/10/2017.
 - (B) 2 anos, a contar de 31/08/2018.
 - (C) 5 anos, a contar de 27/11/2019.
 - (D) 2 anos, a contar de 27/11/2019.
 - (E) 5 anos, a contar de 24/10/2017.

58. Considere:

- I. Vênus é empregadora doméstica.
- II. Alpha Lâmbda é Sociedade de Economia Mista Federal.
- III. Bios é uma Fundação Estadual do Espírito Santo que explora atividade econômica.
- IV. Beta Gama é uma Autarquia Municipal de Guarapari-ES.
- V. Zeus é um micro empreendedor individual.

De acordo com o que prevê a CLT, podem ser demandados na Justiça do Trabalho pelo rito sumaríssimo APENAS

- (A) IV e V.
- (B) II, III e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e V.
- (E) I, II e III.

Direito Civil

59. Premido da necessidade de salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, João, maior e capaz, celebrou negócio assumindo obrigação excessivamente onerosa. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, esse negócio será
- (A) nulo de pleno direito, por vício resultante de estado de perigo.
 - (B) nulo de pleno direito, por vício resultante de lesão.
 - (C) anulável, por vício resultante de dolo.
 - (D) anulável, por vício resultante de lesão.
 - (E) anulável, por vício resultante de estado de perigo.
60. De acordo com o Código Civil, o empregador é
- (A) solidariamente responsável pela reparação civil em razão dos atos dos seus empregados desde que praticados no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
 - (B) subsidiariamente responsável pela reparação civil em razão dos atos dos seus empregados, desde que praticados no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
 - (C) subsidiariamente responsável pela reparação civil em razão dos atos dos seus empregados, se praticados no exercício do trabalho que lhes competir, mas não responde pelos atos meramente praticados em razão desse trabalho.
 - (D) subsidiariamente responsável pela reparação civil em razão dos atos dos seus empregados, mesmo que não tenham sido praticados no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
 - (E) solidariamente responsável pela reparação civil em razão dos atos dos seus empregados praticados no exercício do trabalho que lhes competir, e subsidiariamente responsável pelos atos por eles praticados em razão desse trabalho, mas fora do seu exercício.



61. De acordo com o Código Civil, a propriedade de coisa móvel constitui direito
- (A) pessoal, que se transfere por negócio jurídico independentemente da tradição.
 - (B) pessoal, que não se transfere por negócio jurídico antes do registro do respectivo título translativo.
 - (C) pessoal, que não se transfere por negócio jurídico antes da tradição.
 - (D) real, que não se transfere por negócio jurídico antes da tradição.
 - (E) real, que se transfere por negócio jurídico independentemente da tradição.
-
62. De acordo com o Código Civil, o credor hipotecário
- (A) tem o direito de executar a coisa hipotecada e preferir, no pagamento, a outros credores, observada a prioridade no registro, ressalvadas as dívidas que, em virtude de outras leis, devam ser pagas precipuamente a quaisquer outros créditos.
 - (B) não tem o direito de executar a coisa hipotecada, mas, em caso de alienação do bem, prefere, no pagamento, a outros credores, observada a prioridade no registro, ressalvadas as dívidas que, em virtude de outras leis, devam ser pagas precipuamente a quaisquer outros créditos.
 - (C) tem o direito de executar a coisa hipotecada, concorrendo ao pagamento em iguais condições com os demais credores hipotecários, proporcionalmente ao valor do seu crédito, independentemente de prioridade no registro.
 - (D) não tem o direito de executar a coisa hipotecada, mas, em caso de alienação do bem, concorre ao pagamento em iguais condições com os demais credores hipotecários, proporcionalmente ao valor do seu crédito, independentemente de prioridade no registro.
 - (E) só terá o direito a executar a coisa hipotecada se ao devedor não restarem outros bens penhoráveis, e prefere, no pagamento, a outros credores, independentemente de prioridade no registro, ressalvadas as dívidas que, em virtude de outras leis, devam ser pagas precipuamente a quaisquer outros créditos.
-
63. Na união estável, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da
- (A) comunhão parcial de bens, reputando-se nulo contrato entre os companheiros estabelecendo regime diverso.
 - (B) comunhão universal de bens, salvo contrato escrito entre os companheiros estabelecendo regime diverso.
 - (C) comunhão parcial de bens, salvo contrato escrito entre os companheiros estabelecendo regime diverso.
 - (D) comunhão universal de bens, reputando-se nulo contrato entre os companheiros estabelecendo regime diverso.
 - (E) separação de bens, salvo contrato escrito entre os companheiros estabelecendo o regime da comunhão parcial de bens.
-
64. Considere as seguintes assertivas acerca do domicílio:
- I. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio somente aquela que eleger, ou, na falta de eleição, aquela onde passe a maior parte do tempo.
 - II. Mesmo possuindo estabelecimentos em lugares diferentes, só se considera domicílio da pessoa jurídica de direito privado o local da sua sede, conforme definido no seu estatuto ou ato constitutivo.
 - III. O domicílio do incapaz é o de seu representante ou assistente, sendo essa uma das hipóteses legais de domicílio necessário.
 - IV. O preso possui domicílio necessário no lugar onde manteve a última residência previamente ao início do cumprimento da sentença penal condenatória.
 - V. Considera-se domicílio da pessoa natural o local onde exerce a sua profissão, mas apenas no tocante às relações a esta concernentes.
- De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) III e V.
 - (E) IV e V.
-

Direito Processual Civil

65. De acordo com o Código de Processo Civil, ao Oficial de Justiça
- (A) aplicam-se os motivos de impedimento e suspeição previstos para o juiz.
 - (B) aplicam-se os motivos de impedimento previstos para o juiz, mas não os motivos de suspeição, que não se aplicam aos auxiliares da justiça.
 - (C) aplicam-se os motivos de suspeição previstos para o juiz, mas não os de impedimento, que não se aplicam aos auxiliares da justiça.
 - (D) não se aplicam os motivos de impedimento e suspeição previstos para o juiz, mas motivos distintos, previstos especificamente para os auxiliares da justiça.
 - (E) não se aplicam quaisquer motivos de impedimento e suspeição, haja vista que suas funções não compreendem atribuições de caráter decisório.
-



66. Em leilão judicial realizado em virtude de processo de execução por quantia certa, o Oficial de Justiça, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) não pode, em nenhuma hipótese, oferecer lance em relação aos bens e direitos objeto de alienação, mesmo que o processo tramite em localidade distinta daquela onde servir.
 - (B) não pode oferecer lance em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servir, independentemente de ter ou não praticado ato no processo.
 - (C) pode oferecer lance em relação aos bens e direitos objeto de alienação, inclusive na localidade onde servir, mesmo que já tenha praticado ato no processo.
 - (D) pode oferecer lance em relação aos bens e direitos objeto de alienação, inclusive na localidade onde servir, salvo se já tiver praticado qualquer ato no processo.
 - (E) pode oferecer lance em relação aos bens e direitos objeto de alienação, inclusive na localidade onde servir, salvo apenas se tiver avaliado esses bens ou direitos.
-
67. De acordo com o Código de Processo Civil, se o Oficial de Justiça, sem justo motivo, houver dado causa à repetição de ato,
- (A) caberá somente ao Estado arcar com as despesas do ato repetido, ressalvado o direito de regresso contra o oficial de justiça apenas se tiver procedido com dolo ou culpa grave.
 - (B) caberá à parte a quem aproveita o ato a ser repetido arcar com a respectiva despesa, ficando-lhe ressalvado o direito de regresso contra o oficial de justiça.
 - (C) caberá somente ao Estado arcar com as despesas do ato repetido, ressalvado o direito de regresso contra o oficial de justiça apenas se tiver procedido com dolo.
 - (D) responderá administrativamente por eventual falta funcional, mas não precisará arcar com as despesas do ato repetido, salvo apenas se tiver procedido com dolo.
 - (E) caberá a ele arcar com as despesas do ato repetido.
-
68. Em diligência para dar cumprimento a mandado de intimação e de penhora de bens expedido em fase de cumprimento de sentença, o oficial de justiça se dirigiu à residência do executado, que se opôs à realização da constrição, a despeito de possuir bens penhoráveis, sob a justificativa de que tinha uma proposta de acordo a fazer ao exequente. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o Oficial de Justiça deverá
- (A) abster-se de dar cumprimento ao mandado, nele certificando a proposta de autocomposição apresentada pelo executado e submetê-la ao juiz, para as providências cabíveis.
 - (B) abster-se de dar cumprimento ao mandado pelo prazo de 5 dias, devendo retornar à residência do executado para cumprir-lo caso, nesse período, não tenha havido a conclusão de autocomposição entre as partes.
 - (C) abster-se de realizar a penhora e promover o arresto dos bens do executado, certificando no mandado a proposta de autocomposição apresentada pelo executado.
 - (D) dar cumprimento ao mandado, realizando a penhora, bem como nele certificar a proposta de autocomposição apresentada pelo executado.
 - (E) dar cumprimento ao mandado, realizando a penhora e instruindo o executado a formalizar sua proposta de autocomposição nos autos do processo, pois não lhe cabe certificar-la no mandado.
-
69. De acordo com o Código de Processo Civil, o processo não será suspenso em razão de
- (A) convenção das partes.
 - (B) concessão de adoção a qualquer das partes, salvo se a parte que tiver adotado for advogada atuante em causa própria e constituir a única patrona da causa.
 - (C) o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai.
 - (D) arguição de impedimento ou de suspeição do juiz, mas, caso venha a ser acolhida, implicará a nulidade dos atos por ele praticados.
 - (E) admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
-
70. No cumprimento de mandado de penhora, se o executado fechar as portas da casa para impedir o acesso aos seus bens, caberá ao Oficial de Justiça
- (A) proceder ao seu imediato arrombamento, independentemente de qualquer comunicação ao juiz ou de ordem judicial nesse sentido.
 - (B) solicitar o concurso de outro oficial de justiça e, independentemente de ordem judicial específica neste sentido, proceder ao arrombamento.
 - (C) comunicar o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento, caso em que, deferido o pedido, o mandado será cumprido por dois oficiais de justiça.
 - (D) solicitar o concurso policial, independentemente de autorização judicial, e, depois de arrombar a porta, prender o executado, apresentando-o imediatamente ao juiz.
 - (E) comunicar o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento, salvo se suspeitar que o executado está tentando destruir ou desviar seus bens, caso em que poderá realizar o arrombamento, independentemente de ordem judicial nesse sentido.